

Sarney cai na oposição

Villas-Bôas Corrêa



Pensando bem, o presidente Sarney não precisava ter feito o discurso de quarta-feira. Antes mesmo de uma avaliação mais precisa das suas conseqüências, das respostas dos partidos, das adesões, traduzidas em assinaturas no documento-compromisso, salta, em evidência límpida, que Sarney alcançaria melhores resultados com uma competente articulação política.

Pois não é afinal isso o que, afogado em palavras, se propõe, até o limite químérico de uma união nacional?

Ora, as repercussões populares de pronunciamento que apelo para a emoção, com a referência de gosto discutível ao sacrifício pessoal, foram desfeitas e invertiram os sinais com a inacreditável mancada do esquema de comunicação do governo, em denúncia terrível de desentrosamento, acoplando a eloqüência acadêmica com o anúncio, em cima da bucha, de novo aumento da gasolina, do álcool e do óleo diesel e principalmente do botijão de gás. O mais matreiro adversário do governo não imaginaria artimanha tão desmoralizante. Se não foi de propósito, genial trama de agente do dr. Ulysses infiltrado no Planalto, convém aprofundar investigações para identificar o personagem do grande golpe do ano.

Mas, além do contraponto singular de um fala que termina numa ode patriótica, desfraldando as bandeiras da esperança com a fúnebre comunicação de mais uma sangria no boslo de todos nós, o discurso do presidente espalha e não junta. Críticas e queixumes reclamam o tom abafado da recriminação lacrimante, o murmúrio que deve tocar no coração com o reconhecimento de injustiças. De público, o que cabe é o elogio rasgado, que cimenta a solidariedade, ou a advertência áspera que detém a rebeldia e tange o rebanho para o aprisco.

Não soa com timbre justo, um presidente-político, veterano militante com exercício das duas bandas do PDS e da UDN e até com prática de dissidência bisada na bossa-novae no racha que criou o PFL, abanar os preconceitos contra os políticos. O PMDB e o PFL não são piores nem melhores os que as lendas frequentadas pelo presidente. São vinhos da mesma pipa, feitos com o mesmo bagaço de uva azeda.

Em todo o caso, como desabafo de quem se sente injustiçado, vá lá. Mas o espargir de lamentações, atiradas e esfregadas como carapuças sem dono, turva as águas da reformulação do esquema de sustentação parlamentar do governo. A crítica vai e volta, na acidez da resposta que devolve agravos, reaprendendo feridas que deviam ser deixadas em paz para que cicatrizem.

O que realmente conta, politicamente, na iniciativa do presidente, é a determinação de conferir lealdades, buscando recompor bancada solidária, explicitamente comprometida com os itens do documento que define o pacto, jogando ao mar os instáveis e inimigos acobertados na grande legenda frentista.

Só que os itens de uma extensa lenga lenga alinham coisas tão óbvias que podem ser subscritas por, desde o Lula até o Roberto Cardoso Alves. E, curiosamente, todas as medidas e projetos constam de planos oficiais, endossados ou absorvidos pelo PMDB e pelo PFL. São reivindicações universais.

O que sugere um invólucro de novidade é o reconhecimento, com a autoridade do presidente, de que em dois anos e meio não se conseguiu cobrir as expectativas da mobilização popular e enfrentar mudanças com a carga de desafio da reforma administrativa, enxugando o monstro burocrático, a principiar pela poda de ministérios inúteis, que só atrapalham o governo enroscado no cipal de superposições.

Mais do que um discurso anunciado demais e que prometeu muito, o presidente assinalaria um êxito de audiência com a simples comunicação de atos extinguindo ministérios, órgãos escandalosamente desnecessários, privatizando empresas que se intrometem, com o nariz da ineficiência, no setor privado. Fatos, não palavras ou intenções.

Por esse trecho do discurso perpassa, como nota dissonante, fora do tom, uma ênfase oposicionista. Como se o presidente, eleito na oposição, criticasse o antecessor e anunciasse tempos novos. Deu a impressão de um Sarney saudosos dos desembaraços da oratória oposicionista e fazendo oposição ao seu governo, para comunicar que as coisas vão mudar a partir de agora. Promete-se um novo governo do mesmo governo.

Exigir dos partidos o que o presidente já tem, que é liberdade para escolher ministros e compor o governo, é chover no molhado ou uma confissão constrangedora de revogação de prática espúria. Autoridade não se pede, exerce-se ou não. Rechaçando pedidos incorretos, fazendo valer a liderança.

Refazer as bases de apoio com a mesma gente, os mesmos partidos, as mesmíssimas lideranças, é um intrigante enigma que as próximas semanas irão deslindar. Cotejando-se assinaturas, conferindo-se quem entra no governo e quem dele se despede. Porque se ninguém entra e ninguém sai, não aconteceu nada. Não apenas no Congresso, mas no Ministério.

Uma boa articulação ao pé-do-ouvido, através dos canais partidários, colocando as coisas com clareza, objetividade e energia, talvez produzisse melhor resultado. Mas, saudemos a novidade de uma recomposição política trombeteada pelo rádio, a televisão e os jornais. Por entre queixas, críticas, recriminações. E regada pelo aumento da gasolina, do álcool, do óleo diesel, do botijão de gás.